



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

1. INTRODUÇÃO

- 1.1. Este Estudo Técnico Preliminar (ETP) foi elaborado em conformidade com o artigo 18, inciso I, combinado com o § 1º da Lei nº 14.133/2021, com o objetivo de identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda por combustíveis da frota municipal.
- 1.2. O presente ETP visa demonstrar a viabilidade técnica e econômica da futura contratação de empresa especializada no fornecimento de:
- 1.3. Óleo Diesel S-10;
- 1.4. Óleo Diesel S-500;
- 1.5. Gasolina comum;
- 1.6. Agente Redutor Líquido Automotivo (ARLA).
- 1.7. Este documento apresenta os resultados dos estudos realizados e descreve a solução proposta para atender a necessidade específica do município. Constitui a primeira etapa da fase de planejamento da contratação, em consonância com os princípios da Administração Pública.
- 1.8. As informações aqui contidas visam subsidiar a elaboração do Termo de Referência, documento que detalhará as especificações técnicas e demais requisitos da contratação.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021) I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

- 2.1. O Município de Dois Vizinhos - PR, devido à sua extensa frota de veículos e máquinas rodoviárias e agrícolas, adota um modelo de gestão de transporte que demanda um fornecimento contínuo e eficiente de combustíveis.
- 2.2. Essa frota é essencial para a execução de diversos serviços públicos, incluindo: Serviços rodoviários e terraplanagem; Infraestrutura urbana e rural; Transporte de servidores e passageiros, inclusive em deslocamentos para outros municípios e regiões do estado.
- 2.3. A quantidade de combustível a ser contratada foi estimada com base no consumo do último edital publicado e na projeção para o ano de 2025, considerando o tamanho da frota municipal.
- 2.4. O crescimento do município tem gerado um aumento significativo nos trabalhos de manutenção e conservação em diversas áreas da administração pública.
- 2.5. A presente contratação visa assegurar o fornecimento de combustíveis de qualidade em postos de abastecimento estrategicamente localizados, tanto no perímetro urbano do município quanto em ponto-chaves nas regiões oeste, norte e na capital do estado. Essa abordagem garante a autonomia da frota em viagens intermunicipais e interestaduais, otimizando o tempo e os recursos públicos.

**2.6. Agente Redutor Líquido Automotivo (ARLA 32)**

- 2.6.1. É uma solução transparente de ureia em água desmineralizada, utilizada em veículos com motores a diesel que possuem o sistema de Redução Catalítica Seletiva (SCR).
- 2.6.2. Função:
- 2.6.3. O ARLA 32 age no sistema de escapamento do veículo, reagindo com os gases de óxidos de nitrogênio (NOx) e transformando-os em nitrogênio e vapor de água, que são liberados na atmosfera de forma menos poluente.
- 2.6.4. Ele é essencial para que os veículos a diesel atendam às normas de emissões de poluentes, como o Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (PROCONVE) no Brasil.
- 2.6.5. Composição e Características:
- 2.6.6. O ARLA 32 é uma solução aquosa composta por uréia de alta pureza e água desmineralizada.
- 2.6.7. Não é inflamável, tóxico ou explosivo.
- 2.6.8. O número 32 é uma referência à concentração de ureia exigida (32,5%).
- 2.6.9. Importância:
- 2.6.10. O uso do ARLA 32 é obrigatório em veículos com tecnologia SCR, contribuindo para a redução da poluição do ar e a preservação do meio ambiente.
- 2.6.11. A falta de ARLA 32 pode levar à redução do desempenho do motor e ao aumento das emissões.

3. ALINHAMENTO COM O PAC (art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021) II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração:

3.1. Óleo diesel S-10

- a) Id do item no PCA: 2947
- b) Categoria do Item: Material
- c) Identificador da Futura Contratação: 987541-218/2025
- d) Classe/Grupo: 9140
- e) Código do PDM do Item: 19740
- f) Código do Item: 461552

3.2. Óleo diesel S-500



- a) Id do item no PCA: 2949
- b) Categoria do Item: Material
- c) Identificador da Futura Contratação: 987541-218/2025
- d) Classe/Grupo: 9140
- e) Código do PDM do Item: 19740
- f) Código do Item: 477915

3.3. **Gasolina comum**

- a) Id do item no PCA: 2948
- b) Categoria do Item: Material
- c) Identificador da Futura Contratação: 987541-218/2025
- d) Classe/Grupo: 9130
- e) Código do PDM do Item: 19737
- f) Código do Item: 461506

3.4. **ARLA 32**

- a) Id do item no PCA: 80
- b) Categoria do Item: Material
- c) Identificador da Futura Contratação: 987541-173/2025
- d) Classe/Grupo: 2590 COMPONENTES DIVERSOS PARA VEÍCULOS

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)

4.1. Para as cotas de abastecimento 24 horas, o fornecedor deverá apresentar declaração formal, em modelo próprio, de que disponibilizada atendimento durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia, durante 7 (sete) dias por semana em suas bombas de combustíveis.

4.2. Os produtos, objeto desta licitação, deverão ser entregues sem ônus adicional, conforme as solicitações das Secretarias da Administração Municipal, nas seguintes condições:

4.3. Entrega diretamente nas bombas de combustível, nos postos da contratada, em horários e locais conforme descritivos da tabela de itens.

4.4. Modalidade: Entregas parceladas, de acordo com as necessidades da Administração Municipal e capacidade do tanque de combustível de cada veículo.

5. DOS VALORES PRATICADOS E DA COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES.



5.1. Para o fornecimento de combustíveis nas rotas leste, oeste, norte e no município de Dois Vizinhos, o valor praticado será o PREÇO MÉDIO DE REVENDA ESTADUAL para cada tipo, conforme a tabela semanal da ANP. Já para a cidade de Curitiba, será adotado o PREÇO MÉDIO DE REVENDA DA CAPITAL, também seguindo a tabela semanal da ANP.

5.2. Semanalmente, o Departamento de Controle de Frotas consultará a planilha atualizada dos preços médios de revenda da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), disponível em <https://www.gov.br/anp/pt-br>, para obter os valores estaduais e da capital. Os preços vigentes serão então comunicados aos fornecedores por e-mail previamente cadastrado.

5.3. Serão usados como veículos de comunicação entre contratante e contratada meio eletrônicos, sendo:

- a) E-MAIL da empresa ou responsável;
- b) WHATSAPP da empresa ou responsável;
- c) Via ofício, por meio da Plataforma Digital 1Doc;
- d) Telefone ou outros, que deverão ser repassados à administração quando da assinatura do contrato,
- e) O Recebimento deverá ser confirmado pelo responsável ou representante da contratada.

5.4. Para a aquisição de combustível, deverá parametrizar o sistema, a partir da tabela fornecida pela Agência Nacional de Petróleo – ANP, levando-se em consideração o preço médio de revenda no Estado do Paraná e no município de origem, sempre que possível ou então no município mais próximo que disponibilize a tabela.

5.5. ARLA: O Departamento de Compras, responsável pela pesquisa de preços de mercado, realizará a cotação do ARLA 32. O valor obtido nesta cotação será o preço de referência para todos os fornecedores credenciados.

6. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

6.1. Os combustíveis objetos deste processo deverão atender às especificações técnicas exigidas pela Agência Nacional do Petróleo – ANP, conforme legislação em vigor;

6.2. Resolução ANP nº 807/2020 – Estabelece a especificação da gasolina de uso automotivo e as obrigações quanto ao controle da qualidade a serem atendidas pelos agentes econômicos que comercializarem o produto em todo o território nacional.

6.3. Resolução ANP nº 684/2017 – altera a Resolução ANP nº 40/2013 que estabelece as especificações das gasolinas de uso automotivo a serem atendidas pelos diversos agentes econômicos em todo o território nacional.

6.4. Resolução ANP Nº 50/2013 - Regulamenta as especificações do óleo diesel de uso rodoviário, contidas no Regulamento Técnico ANP nº 4/2013, e as



obrigações quanto ao controle da qualidade a serem atendidas pelos diversos agentes econômicos que comercializam o produto em todo o território nacional.

- 6.5. Resolução ANP Nº 907/2022 - Dispõe sobre as especificações do etanol combustível e suas regras de comercialização em todo o território nacional.
- 6.6. Os postos devem estampar o selo de aferição das bombas medidoras de volume de combustíveis líquidos, referente ao exercício corrente, de caráter obrigatório conforme Portaria DIMEL/INMETRO número 263- de 25/11/2019;
- 6.7. Estejam em conformidade com as normas da Agência Nacional de Petróleo – ANP, nos termos da Portaria 116, de 05 de julho de 2000;
- 6.8. Não constem como INTERDITADOS na Relação dos Postos Autuados por Problemas de Qualidade disponibilizada no sítio da ANP: www.anp.gov.br/petro/mapa_fiscaliza.asp.
- 6.9. Manter, durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas por ela, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação conforme Art. 92, XVI, da Lei 14.133/2021
- 6.10. A empresa deverá seguir todas as normas de segurança necessárias e obrigatórias para a entrega dos produtos em questão, fornecendo os EPI'S, treinamentos e condições de trabalho adequadas para os seus funcionários durante a entrega do objeto.
- 6.11. Não será permitida a subcontratação do objeto em questão.
- 6.12. Caso no ato do credenciamento alguma(s) da(s) norma(s) acima listada(s) tenha sido revogada, revista ou alterada, deverá ser considerada a regulamentação que venha a substituir.
- 6.13. Deve ser observado o princípio da padronização, que impõe compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas as normas regulamentadoras mencionadas anteriormente.
- 6.14. Os combustíveis que apresentarem, nos casos comprovados pela fiscalização competente, densidade fora dos padrões, erro quanto ao produto solicitado, volume menor que o solicitado, contaminação por quaisquer elementos não permitidos em sua composição, bem como a presença de outras substâncias em percentuais além dos permitidos, serão recusados e deverão ser substituídos sem custo para o município, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da formalização da recusa.

7. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS

- 7.1. Os objetos desta licitação são classificados como bens comuns, pois possuem especificações usuais de mercado e padrões de qualidade definidos em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

8. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE (art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021) IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem



interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala.

Com base nas previsões do PCA de 2025 e nas últimas licitações definiu-se as quantidades a seguir.

ÓLEO DIESEL S-10	477.000 Litros, valor unitário na data da apuração R\$ 6.29 total
GASOLINA	314.000 Litros, valor unitário na data da apuração R\$ 6.37
ÓLEO DIESEL S-500	963.000 Litros, valor unitário na data da apuração R\$ 6.23
ARLA 32	20.000 Litros, valor unitário na data da apuração R\$ 3.90

9. CONFORME (art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021 V - LEVANTAMENTO DE MERCADO, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;)

9.1. Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da municipalidade. Não se observou maiores variações quanto à execução do objeto no que se refere ao papel da empresa a qual se pretende contratar. Assim, a variação se dá pela modalidade de licitação aplicada a cada caso, a depender da permissibilidade normativa.

9.2. Logo, a contratação de empresa para Fornecimento de combustíveis do tipo ÓLEO DIESEL S-10, ÓLEO DIESEL S-500, GASOLINA COMUM e reagente líquido ARLA 32, para veículos oficiais da frota municipal, objeto do presente Estudo Técnico Preliminar se constitui, no atual cenário, em objeto de frequente contratação por órgãos públicos, em todas as suas esferas.

9.3. A contratação desses itens deve ser feita com base em uma análise cuidadosa das necessidades da Secretaria, levando em consideração fatores como custo, segurança, eficiência e confiabilidade do prestador/fornecedor.

9.4. Para a contratação foram analisados processos similares feitos por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração.

9.5. Foram identificadas as seguintes soluções de mercado que poderiam, em tese, atender os requisitos específicos para a contratação:



1) Contratação dos serviços continuados de gerenciamento e administração da frota de veículos, através da implantação e/ou operacionalização de sistema informatizado, disponibilizado em redes de postos de combustíveis credenciados com pagamento de taxa de administração;

2) Contratação sem intermediário de empresas especializadas no fornecimento de combustíveis para suprir as necessidades da frota municipal.

9.6. Após análise comparativa, a Solução 2 foi considerada a mais vantajosa para a administração municipal, esta solução confere total autonomia à gestão municipal, permitindo o controle direto dos abastecimentos e o estímulo à economia local, sem a oneração de taxas adicionais aos fornecedores.

9.7. Justificativa Técnica:

9.8. Autonomia e Controle: A contratação de empresas especializadas no fornecimento de combustíveis confere à administração municipal o controle total sobre o processo de abastecimento, desde a seleção dos postos até a fiscalização da qualidade e quantidade do combustível.

9.9. Permite a definição de critérios rigorosos para a contratação, como localização estratégica, qualidade do combustível, capacidade de atendimento e segurança.

9.10. Possibilita a inclusão de novos postos conforme a demanda e a expansão da frota, garantindo a cobertura em diferentes regiões.

9.11. Transparência e Competitividade:

9.12. O processo de contratação via licitação é transparente e acessível a todos os interessados, promovendo a concorrência e a obtenção de preços justos.

9.13. A divulgação dos preços praticados pelos postos contratados garante a transparência dos gastos com combustível.

9.14. Justificativa Econômica:

9.15. Estímulo à Economia Local:

9.16. A contratação de postos locais sem a intermediação de empresas credenciadoras fortalece a economia do município, gerando empregos e renda.

9.17. Otimização de Recursos:

9.18. O controle direto do abastecimento permite o monitoramento do consumo e a identificação de oportunidades de economia.

9.19. A gestão eficiente do combustível contribui para a sustentabilidade ambiental e a redução de custos a longo prazo.

9.20. Diante das necessidades apontadas neste estudo, o atendimento à solução exige a contratação de empresa especializada, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto pretendido.

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021) VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos



preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

Valor total estimado (R\$): 11.078.000,00.

Este valor é uma estimativa, sujeita a variações decorrentes das oscilações de preços dos combustíveis no mercado. Os valores de referência da ANP, utilizados como base para a formação de preços, serão monitorados e atualizados semanalmente, refletindo as flutuações do mercado. Portanto, o valor total da contratação poderá ser ajustado para mais ou para menos, de acordo com as variações dos preços dos combustíveis ao longo da execução do contrato.

11. DO PRAZO E LOCAL DA ENTREGA

- 11.1. Trata-se de compra frequente e imediata, ficando estipulada a entrega imediata após ORDEM DE COMPRA do setor requisitante.
- 11.2. O fornecimento deverá ocorrer dentro da necessidade da Contratante, após assinatura do termo de contrato ou instrumento contratual equivalente, mediante emissão de Requisições/Ordens de Compra, onde conste a assinatura do servidor responsável pela sua emissão, indicado pela contratante no ato da assinatura do contrato, ou servidor designado para tal operação.
- 11.3. Todos os combustíveis deverão ser fornecidos de acordo com a regulamentação específica do setor, especialmente quanto às diretrizes emitidas pela Agência Nacional do Petróleo – ANP.
- 11.4. A contratada deverá garantir a qualidade do combustível e arcar com qualquer prejuízo ao contratante decorrente de sua utilização.
- 11.5. A contratante se reserva no direito de colher amostras do combustível para análise de qualidade, compatibilidade, autenticidade e outros que se fizerem necessários.
- 11.6. Ficará sobre a inteira responsabilidade da contratada a garantia da qualidade mínima do combustível fornecido, sob pena das sanções cabíveis.
- 11.7. **ROTA LESTE:** Trajeto entre Dois Vizinhos e Curitiba, fornecimento de combustíveis entre os municípios de Guarapuava e Curitiba, às margens da BR 277, obrigatório atendimento 24 horas por dia, 7 dias por semana, incluindo feriados.
- 11.8. **ROTA NORTE:** No trajeto entre Dois vizinhos e região norte do estado, é necessário fornecimento de combustíveis no perímetro urbano de Campo Mourão (Centro-Oeste), obrigatório atendimento 24 horas por dia, 7 dias por semana, incluindo feriados, o fornecedor deverá estar localizado nos seguintes endereços:
 - 11.8.1. Avenida Capitão Índio Bandeira, Rod. Barão (Saída para Maringá);
 - 11.8.2. Rua Miguel Luís Pereira - BR 487 (Perímetro Urbano);
 - 11.8.3. Rodovia Perimetral Tancredo Almeida Neves - BR 272;



- 11.8.4. Margens da BR 369 entre os municípios de Campo Mourão e Piquirivaí;
- 11.8.5. Margens da PR 317 entre os municípios de Campo Mourão e Peabiru.
- 11.9. **ROTA OESTE:** No trajeto entre Dois Vizinhos e Foz do Iguaçu, é necessário fornecimento de combustíveis para abastecimento entre os municípios de Santa Terezinha do Itaipú e Santa Tereza do Oeste, às margens da BR 277, com atendimento 24 horas por dia, 7 dias por semana, incluindo feriados.
- 11.10. **CURITIBA:** O posto de combustível deve estar localizado no perímetro urbano da cidade de Curitiba. é necessário fornecimento de combustíveis no perímetro urbano de Campo Mourão (Centro-Oeste), obrigatório atendimento 24 horas por dia, 7 dias por semana, incluindo feriados.
- 11.10.1. O fornecedor deverá estar localizado nos seguintes bairros: Centro; Batel; Rebouças; Água Verde; Campina do Siqueira; Orleans; Cristo Rei; São Francisco; Cidade Industrial.
- 11.11. A autonomia da frota permite que o abastecimento seja realizado em uma única parada, otimizando o tempo de viagem.
- 11.12. A exigência de que o posto de combustível esteja localizado às margens da rodovia visa evitar desvios desnecessários e custos adicionais, garantindo a eficiência do deslocamento.
- 12. DA EMISSÃO DA NOTA E CUPOM FISCAL, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**
- 12.1. Deverá no ato do abastecimento emitir comprovante da transação (cupom fiscal) com os seguintes dados:
- 12.1.1. Tipo de combustível;
- 12.1.2. Identificação do veículo, placa e frota;
- 12.1.3. Secretaria solicitante;
- 12.1.4. N° de requisição;
- 12.1.5. Identificação do motorista, nome e matrícula funcional (devendo ser assinado por este);
- 12.1.6. Data e horário do abastecimento;
- 12.1.7. Quantidade de litros;
- 12.1.8. valor unitário e total;
- 12.1.9. Data de referência de valor conforme ANP;
- 12.2. Deverá ser enviado simultaneamente ao e-mail frotas.combustiveis@doisvizinhos.pr.gov.br.
- 12.3. Emissão e Conteúdo Detalhado das Notas Fiscais:



- 12.4. As notas fiscais deverão ser emitidas semanalmente, de forma individualizada por secretaria, discriminando todos os abastecimentos realizados no período por tipo de combustível. Cada secretaria deverá possuir notas fiscais separadas para cada tipo de combustível utilizado (ex: Gasolina - Secretaria de Educação, Diesel S-10 - Secretaria de Educação, Gasolina - Secretaria de Saúde, Diesel S-10 - Secretaria de Saúde, etc.).
- 12.5. No que se refere ao valor do combustível, os cupons fiscais com valores unitários distintos deverão ser agrupados e apresentados em notas fiscais separadas para cada valor unitário.
- 12.6. As notas fiscais deverão conter, obrigatoriamente, a identificação de todos os cupons fiscais correspondentes e a referência da semana base para o valor da ANP.
- 12.7. Formato e Entrega das Notas Fiscais:
- 12.8. As notas fiscais semanais deverão ser enviadas em formato digital (PDF) para o e-mail: frotas.combustiveis@doisvizinhos.pr.gov.br. Adicionalmente, as notas fiscais originais, acompanhadas das autorizações de abastecimento, deverão ser entregues em envelope lacrado ao Departamento de Gestão de Frotas, aos cuidados do fiscal do contrato, no seguinte endereço: Rua Tiradentes, nº 700, Centro Sul, Dois Vizinhos-PR, CEP 85660-000.

13. AVALIAÇÃO E DESEMPENHO DOS FORNECEDORES

- 13.1. Para assegurar a seleção contínua dos melhores fornecedores e promover a excelência no atendimento, será implementado um sistema de avaliação de desempenho. Este sistema tem como objetivo reconhecer e premiar os fornecedores que demonstrarem os melhores resultados nos seguintes aspectos:
- 13.2. Qualidade do Combustível:
- 13.3. A qualidade do combustível será avaliada considerando a conformidade com as especificações da ANP, a ausência de adulteração ou contaminação, e a realização de análises laboratoriais periódicas.
- 13.4. A capacidade de fornecer combustíveis que atendam às normas e especificações técnicas, garantindo o bom funcionamento e a durabilidade dos veículos da frota.
- 13.5. Qualidade do Atendimento e Suporte:
- 13.6. A qualidade do atendimento e suporte será avaliada por meio de indicadores como tempo de resposta a solicitações, resolução de problemas e disponibilidade para esclarecimento de dúvidas.
- 13.7. A capacidade de fornecer informações claras e precisas sobre os combustíveis, bem como de auxiliar na gestão do abastecimento da frota.
- 13.8. Para isso será utilizada uma matriz de avaliação que permitirá:
- 13.9. Distinguir os fornecedores mais confiáveis, garantindo o fornecimento de combustíveis de alta qualidade e a redução de custos com manutenção corretiva.



- 13.10. Fortalecer a economia local, priorizando fornecedores da região, estimulando o desenvolvimento econômico local e reduzindo o tempo de deslocamento para abastecimento.
- 13.11. Promover a melhoria contínua, incentivando os fornecedores a buscarem a excelência em seus processos e produtos, através da implementação de um ciclo contínuo de avaliação e feedback.
- 13.12. Metodologia de Avaliação:
- 13.13. Cada critério de avaliação será pontuado em uma escala de 1 a 5, sendo 5 o melhor desempenho. A pontuação final de cada fornecedor será calculada com base nos pesos atribuídos a cada critério. Essa pontuação poderá ser utilizada como critério de qualificação para o credenciamento, bem como para a possibilidade de descredenciamento ou aplicação de penalidades em futuras licitações. Ou seja, os fornecedores que não entregarem os combustíveis de forma satisfatória poderão ser descredenciados ou sofrer penalidades.
- 13.14. A matriz de avaliação será aplicada de forma objetiva, garantindo a igualdade de oportunidades a todos os participantes do processo.
- 13.15. O desempenho dos fornecedores credenciados será monitorado periodicamente, realizando avaliações regulares e ajustando a matriz de avaliação, se necessário.
- 13.16. Com esta matriz, a administração municipal poderá garantir o fornecimento de combustíveis de qualidade, a preços justos e com a agilidade necessária para manter a frota em pleno funcionamento.

MATRIZ DE AVALIAÇÃO		
Critério	Peso	Pontuação Máxima
Qualidade do Combustível	50%	4
Continuidade de fornecimento	30%	4
Atendimento ao cliente	10%	4
Serviços complementares	10%	4
Escala de Avaliação:		
5 - Excelente	média final entre 80 e 100	



4 - Bom	média final entre 60 e 80	
3 - Ruim (não aceitável)	média inferior a 60	

14. DEFINIÇÃO DE CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E DESEMPENHO DOS FORNECEDORES

14.1. Excelente:

14.2. Qualidade do Combustível: Combustíveis que excedem as expectativas, com alta conformidade às normas da ANP, ausência de adulteração ou contaminação, e resultados de análises laboratoriais consistentemente superiores.

14.3. Continuidade do Fornecimento: Abastecimento absolutamente contínuo e ininterrupto, garantindo a disponibilidade total de combustível nas bombas, sem qualquer falta ou atraso.

14.4. Atendimento ao Cliente: Atendimento rápido, eficiente e personalizado, com resolução ágil de problemas e demonstração de proatividade em atender às necessidades da frota.

14.5. Serviços Complementares: Serviços complementares de alta qualidade, como limpeza de para-brisas, conferência de água e óleo, e outros pedidos eventuais dos motoristas, realizados de forma eficiente e atenciosa.

14.6. Bom:

14.7. Qualidade do Combustível: Combustíveis que atendem rigorosamente às normas da ANP, sem apresentar não conformidades.

14.8. Continuidade do Fornecimento: Abastecimento contínuo, sem interrupções.

14.9. Atendimento ao Cliente: Atendimento eficiente e cordial, com resolução de problemas em tempo hábil e boa disposição para auxiliar a frota.

14.10. Serviços Complementares: Serviços complementares realizados de forma satisfatória na maior parte do tempo.

14.11. Ruim (Não Aceitável):

14.12. Qualidade do Combustível: Qualquer não conformidade com as normas da ANP será considerada inaceitável.

14.13. Continuidade do Fornecimento: Qualquer interrupção no fornecimento será considerada inaceitável.

14.14. Atendimento ao Cliente: Atendimento insatisfatório, com dificuldades em resolver problemas e falta de cortesia e profissionalismo. Atendimento que não atenda ao mínimo de profissionalismo e eficiência.

14.15. Serviços Complementares: Serviços complementares realizados de forma inadequada ou com frequentes falhas, que não atendam às necessidades



básicas.

São considerados serviços complementares:

- 14.16. Conferência do nível do reservatório de água do limpador de para-brisas: Verificar se o nível da água está adequado para garantir a boa visibilidade em caso de chuva ou sujeira na via. completar o nível se necessário.
- 14.17. Conferência do nível do óleo lubrificante do motor: Checar se o nível do óleo está dentro da faixa recomendada para o bom funcionamento e durabilidade do motor. caso seja verificado o nível baixo, deve ser alertado o motorista para que este providencie a troca ou complementação do lubrificante junto ao Departamento de Controle de Frotas e oficina mecânica municipal.
- 14.18. Conferência do nível de água do radiador do veículo: Assegurar que o sistema de arrefecimento possui a quantidade necessária de água para evitar o superaquecimento do motor.
- 14.19. Limpeza do para-brisas: Realizar a limpeza do vidro dianteiro para melhorar a visibilidade do motorista, removendo sujeira, insetos ou outras impurezas.
- 14.20. Verificação da pressão dos pneus: Oferecer a conferência da pressão dos pneus e, se necessário, realizar o ajuste para garantir a segurança, a economia de combustível e a durabilidade dos pneus.
- 14.21. Limpeza dos faróis e lanternas: Assegurar que os dispositivos de iluminação estejam limpos para garantir a visibilidade noturna e em condições de baixa luminosidade.
- 14.22. Pequenos auxílios: Oferecer pequenos auxílios como verificar o fechamento correto da tampa do combustível, entre outros.

Exemplo de avaliação conforme matriz de avaliação

Critério	Peso	Nota	Pontuação
Qualidade dos produtos Conformidade com as especificações técnicas; Durabilidade e resistência; Acabamento e apresentação; Satisfação dos usuários finais	50%	4	200
Continuidade no fornecimento Abastecimento contínuo e ininterrupto, disponibilidade de combustível nas bombas.	30%	4	120
Atendimento ao cliente	10%	4	40



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Eficiência na comunicação; Cortesia e profissionalismo; Disponibilidade			
Serviços Complementares: limpeza de para brisa, conferência de níveis de óleo e água.	10%	4	40
Total			400

- 14.23. Pontuação final: $400/4 = 100$ (Excelente)
- 14.24. A pontuação de cada item é o resultado da multiplicação da nota por seu peso.
- 14.25. A pontuação final é o resultado da soma das pontuações dividido por 4, com valor máximo de 100 pontos.

15. ORDEM DE CONTRATAÇÃO DE CREDENCIADOS

- 15.1. Critério de convocação: Fornecimento sob demanda, por rodízio, considerando a ordem de credenciamento e a última entrega realizada.
- 15.2. Objetivo: Agilidade no fornecimento. Propondo Critérios para Ordem de Contratação.
- 15.3. A ordem em que os fornecedores foram credenciados será o critério inicial para a convocação, isso garante a isonomia entre os participantes e respeita o princípio da ordem cronológica de apresentação das propostas.
- 15.4. Rotatividade: A demanda será distribuída de forma equitativa entre os credenciados, seguindo a ordem de credenciamento, com o objetivo de garantir que todos os fornecedores tenham oportunidades de negócio e evitar a concentração de demanda em um único fornecedor.
- 15.5. Desempenho Anterior:
- 15.6. Para fornecedores que já realizaram entregas, será avaliado o desempenho em relação a:
- 15.6.1. Qualidade dos produtos e atendimento das especificações técnicas;
 - 15.6.2. Continuidade de fornecimento;
 - 15.6.3. Atendimento aos clientes durante o fornecimento;
 - 15.6.4. Serviços complementares;
- 15.7. Impacto na Ordem: Fornecedores com melhor desempenho poderão ter prioridade em futuras demandas.
- 15.8. Ao condicionar o recebimento de novas demandas à entrega satisfatória das anteriores, estimula-se a competitividade entre os fornecedores, incentivando-



os a otimizarem seus processos e a melhorarem seus prazos. Isso resulta em um serviço mais ágil e eficiente para a administração municipal.

16. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

- 16.1. Os itens serão divididos em cotas para abastecimento 24/7 e cotas para abastecimento em dias e horários comerciais, visando a otimização da gestão do fornecimento, levando-se em consideração o mercado fornecedor e o corpo operacional e técnico exigido. Se verifica benefício no método da contratação, principalmente na questão de gerenciamento técnico e controle do fornecimento e rodízio dos fornecedores pela contratante.

17. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021) X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

- 17.1. Não se vislumbra providências no sentido de qualificação dos fiscais, trata-se de contratação recorrente, o ETP foi elaborado sob consulta de opiniões dos fiscais e demais envolvidos na gestão da frota.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Deonir Caldato
Fiscal Administrativo:	Bianca Schreiber
Suplente de Fiscal Administrativo:	Iris Cristina Bertolini
Fiscal de Recebimento/Execução:	Victor Carlos Prado
Fiscal Técnico:	A secretaria não dispõe
Suplentes:	Marcelo Velasco

18. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES (art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)

- 18.1. Aquisição de caminhão comboio, sem data definida, e sem previsão no PAC 2025.
- 18.2. Contratação de serviços de laboratório para análise de amostras de combustíveis, sem data definida, e sem previsão no PAC 2025.

19. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021) XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

- 19.1. Possíveis Impactos Ambientais:

- 19.1.1. Emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE):



- 19.1.2. A queima de combustíveis fósseis (diesel e gasolina) libera GEE, contribuindo para o aquecimento global e as mudanças climáticas.
- 19.2. Poluição do Ar:
 - 19.2.1. A emissão de poluentes atmosféricos, como óxidos de nitrogênio (NOx) e material particulado (MP), pode causar problemas respiratórios e outros danos à saúde humana.
- 19.3. Vazamento e Contaminação:
 - 19.3.1. O armazenamento e transporte de combustíveis podem gerar vazamentos, contaminando o solo e a água.
- 19.4. Descarte de Embalagens:
 - 19.4.1. O descarte inadequado de embalagens de ARLA 32 e outros produtos pode gerar poluição ambiental.
- 19.5. Medidas Mitigadoras:
- 19.6. Utilização de Combustíveis de Menor Impacto:
 - 19.6.1. Priorizar o uso de diesel S-10, que possui menor teor de enxofre, reduzindo as emissões de poluentes.
 - 19.6.2. Incentivar o uso de biocombustíveis, como o etanol, sempre que possível.
- 19.7. Manutenção da Frota:
 - 19.7.1. Realizar a manutenção preventiva dos veículos para garantir a eficiência da queima de combustível e reduzir as emissões.
 - 19.7.2. Verificar e manter em boas condições os sistemas de emissão dos veículos.
- 19.8. Gestão do ARLA 32:
 - 19.8.1. Garantir o uso adequado do ARLA 32 em veículos com sistema SCR, para reduzir as emissões de NOx.
 - 19.8.2. Incentivar a logística reversa das embalagens de ARLA 32, para descarte e reciclagem adequados.
- 19.9. Controle de Vazamentos:
 - 19.9.1. Exigir dos fornecedores a adoção de medidas de segurança para evitar vazamentos durante o armazenamento e transporte de combustíveis.
 - 19.9.2. Realizar inspeções periódicas nos postos de abastecimento para verificar a existência de vazamentos.
- 19.10. Conscientização e Treinamento:
 - 19.10.1. Promover campanhas de conscientização sobre a importância da



condução eficiente e da redução do consumo de combustível.

- 19.10.2. Treinar os motoristas sobre a utilização correta dos veículos e a importância da manutenção preventiva.

19.11. Monitoramento e Avaliação:

- 19.11.1. Monitorar o consumo de combustível e as emissões da frota municipal, para identificar oportunidades de melhoria.

- 19.11.2. Avaliar periodicamente a eficácia das medidas mitigadoras implementadas.

19.12. Requisitos de Baixo Consumo e Logística Reversa:

19.13. Baixo Consumo de Energia e Recursos:

- 19.13.1. Incentivar a utilização de veículos com tecnologias de baixo consumo de combustível.

- 19.13.2. Adotar práticas de condução eficiente para reduzir o consumo de combustível.

19.14. Logística Reversa:

- 19.14.1. Estabelecer parcerias com fornecedores para a logística reversa de embalagens de ARLA 32 e outros produtos, garantindo o descarte e a reciclagem adequados.

- 19.14.2. Buscar fornecedores que tenham compromisso com a sustentabilidade.

- 19.14.3. Os interessados deverão possuir licença ambiental, emitido pelo Órgão competente e comprovação de registro na Agência Nacional de Petróleo – ANP.

20. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021) IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

- 20.1. A presente contratação, planejada com base neste Estudo Técnico Preliminar (ETP), visa alcançar os seguintes resultados em termos de economicidade e otimização dos recursos disponíveis:

20.2. 1. Economicidade:

20.3. Preços Competitivos:

- 20.4. A adoção do credenciamento, sem intermediários, e a atualização semanal dos preços com base na tabela da ANP garantem a obtenção de preços justos e competitivos, alinhados com o mercado.

20.5. Otimização do Consumo:

- 20.6. O controle direto do abastecimento, aliado ao monitoramento do



consumo, permite identificar oportunidades de economia e evitar desperdícios.

20.7. A gestão eficiente do combustível contribui para a redução de custos a longo prazo.

20.8. Redução de Custos Administrativos:

20.9. A utilização de meios eletrônicos para comunicação e envio de notas fiscais otimiza o tempo e os recursos da administração.

20.10. 2. Melhor Aproveitamento de Recursos:

20.11. Recursos Humanos:

20.12. A definição clara de responsabilidades e a utilização de ferramentas de gestão, como a matriz de avaliação, otimizam o trabalho dos servidores envolvidos no processo de contratação e fiscalização.

20.13. O rodízio entre os fornecedores credenciados garante a equidade e a oportunidade de participação.

20.14. Recursos Materiais:

20.15. A exigência de combustíveis de alta qualidade, em conformidade com as normas da ANP, garante o bom funcionamento e a durabilidade da frota municipal, reduzindo os custos de manutenção corretiva.

20.16. A localização estratégica dos postos de abastecimento, nas rotas de maior demanda, otimiza o tempo de deslocamento e o consumo de combustível.

20.17. Recursos Financeiros:

20.18. O planejamento detalhado das quantidades a serem contratadas, com base no consumo histórico e na projeção para 2025 otimiza o uso dos recursos financeiros.

20.19. A transparência do processo de contratação, com a divulgação dos preços praticados e a utilização de critérios objetivos de avaliação, garante a correta aplicação dos recursos públicos.

20.20. 3. Resultados Adicionais:

20.21. Melhoria da Qualidade dos Serviços:

20.22. A avaliação contínua dos fornecedores e a exigência de altos padrões de qualidade garantem o fornecimento de combustíveis que atendem às necessidades da frota municipal.

20.23. A disponibilidade de serviços complementares, como limpeza de para-brisas e conferência de níveis de óleo e água, contribui para a satisfação dos usuários.

20.24. Fortalecimento da Economia Local:

20.25. A oportunização de diversos fornecedores locais, por meio do credenciamento, estimula o desenvolvimento econômico do município, gerando



empregos e renda.

20.26. Sustentabilidade Ambiental:

20.27. A gestão eficiente do combustível e a exigência de combustíveis de alta qualidade contribuem para a redução das emissões de poluentes e a preservação do meio ambiente.

21. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021) VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

21.1. A solução proposta para o abastecimento da frota municipal consiste no credenciamento de postos de combustíveis, estrategicamente localizados, para o fornecimento de Óleo Diesel S-10, Óleo Diesel S-500, Gasolina Comum e ARLA 32. Esta modalidade de contratação foi escolhida com base em um levantamento de mercado, que evidenciou a sua adequação às necessidades da administração pública, em termos de economicidade, eficiência e transparência.

21.2. Principais Características da Solução:

21.3. Credenciamento:

21.4. O credenciamento permite a participação de diversos fornecedores, garantindo a concorrência e a obtenção de preços justos.

21.5. A administração municipal terá autonomia para definir critérios de qualificação e seleção dos fornecedores, assegurando a qualidade dos combustíveis e a capacidade de atendimento.

21.6. Fornecimento sob Demanda:

21.7. O abastecimento será realizado de acordo com as necessidades da frota municipal, evitando desperdícios e otimizando os recursos.

21.8. A emissão de Requisições/Ordens de Fornecimento, por autoridade competente, garante o controle e a rastreabilidade do consumo.

21.9. Localização Estratégica:

21.10. Os postos de combustíveis credenciados deverão estar localizados em pontos estratégicos, tanto no perímetro urbano do município quanto em rodovias de grande fluxo, para atender às demandas da frota em viagens intermunicipais e interestaduais.

21.11. As rotas Leste, Oeste e Norte foram previamente definidas, para garantir que as localidades de maiores demandas estejam contempladas.

21.12. Qualidade e Segurança:

21.13. Os combustíveis fornecidos deverão atender às especificações técnicas da ANP, garantindo a qualidade e o bom funcionamento dos veículos.

21.14. Os fornecedores deverão seguir as normas de segurança para o armazenamento e transporte de combustíveis, minimizando os riscos de acidentes e impactos ambientais.



- 21.15. Transparência e Controle:
- 21.16. A atualização semanal dos preços com base na tabela da ANP garante a transparência dos valores praticados.
- 21.17. A emissão de notas fiscais detalhadas, com a identificação dos cupons fiscais e a referência da semana base da ANP, permite o controle e a fiscalização dos gastos.
- 21.18. A coleta de amostras para análise laboratorial, garante a qualidade do produto.
- 21.19. Avaliação de Desempenho:
- 21.20. A implementação de uma matriz de avaliação de desempenho permite o monitoramento contínuo dos fornecedores, incentivando a melhoria da qualidade dos serviços e a satisfação dos usuários.
- 21.21. Essa matriz também servirá de base para o descredenciamento de empresas que não atenderem aos requisitos mínimos de qualidade e atendimento.
- 21.22. Atendimento 24 Horas:
- 21.23. Para as cotas de abastecimento 24 horas, o fornecedor deverá apresentar declaração formal, em modelo próprio, de que atende durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia, durante 7 (sete) dias por semana.
- 21.24. Exigências Relacionadas à Manutenção e Assistência Técnica:
- 21.25. No contexto do fornecimento de combustíveis, as exigências de manutenção e assistência técnica se concentram na garantia da qualidade dos produtos e na segurança do abastecimento.
- 21.26. Os fornecedores deverão garantir a manutenção adequada das bombas de combustível, com aferição regular pelo INMETRO, e a disponibilidade de equipamentos de segurança para o atendimento aos veículos.
- 21.27. Os postos devem estampar o selo de aferição das bombas medidoras de volume de combustíveis líquidos, referente ao exercício corrente, de caráter obrigatório conforme Portaria DIMEL/INMETRO número 263- de 25/11/2019;
- 21.28. Estejam em conformidade com as normas da Agência Nacional de Petróleo – ANP, nos termos da Portaria 116, de 05 de julho de 2000;
- 21.29. Não constem como INTERDITADOS na Relação dos Postos Autuados por Problemas de Qualidade disponibilizada no sítio da ANP: www.anp.gov.br/petro/mapa_fiscaliza.asp.
- 21.30. A empresa deverá seguir todas as normas de segurança necessárias e obrigatórias para a entrega dos produtos em questão, fornecendo os EPI'S, treinamentos e condições de trabalho adequadas para os seus funcionários durante a entrega do objeto.

22. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021) XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.



- 22.1. Após análise minuciosa dos cenários, requisitos e impactos envolvidos, conclui-se que a contratação de empresas especializadas no fornecimento de combustíveis, por meio de credenciamento, é a solução mais adequada e viável para atender às necessidades da frota municipal.
- 22.2. A modalidade de credenciamento, sem intermediários, garante a autonomia da administração pública na gestão do abastecimento, permitindo o controle direto da qualidade dos combustíveis, a otimização dos recursos e o estímulo à economia local.
- 22.3. A solução proposta, que inclui a definição de rotas estratégicas, a exigência de combustíveis de alta qualidade, a implementação de um sistema de avaliação de desempenho e a adoção de medidas de sustentabilidade, atende aos princípios da economicidade, eficiência, transparência e responsabilidade ambiental.
- 22.4. Portanto, diante das necessidades apontadas neste estudo, a presente contratação se mostra adequada e viável para o atendimento da demanda por combustíveis da frota municipal, contribuindo para a melhoria dos serviços públicos e a otimização dos recursos disponíveis.

23. DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

- 23.1. A legislação brasileira, em especial a Lei Complementar nº 123/2006, estabelece o tratamento diferenciado para ME e EPP em licitações públicas. A regra geral prevê a exclusividade para essas empresas em licitações de até R\$ 80.000,00 e a divisão de itens divisíveis em cotas de até 25% para sua participação, conforme o art. 48, inc. I e II da referida lei.
- 23.2. Contudo, existem exceções que podem ser avocadas pela Administração, desde que apresente as devidas justificativas, pois o tratamento diferenciado resulta de expressa disposição constitucional (CR/88, art. 170, IX), sendo seu dever esclarecer os motivos pelos quais decidiu determinar que a licitação não será exclusiva.
- 23.3. Nesse sentido, o art. 49 da Lei Complementar nº 123/06 proíbe a aplicação do disposto nos seus artigos 47 e 48 quando o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado (artigo 49, III, da LC 123/2006).
- 23.4. Neste contexto, é fundamental ressaltar que o **Departamento de Compras**, responsável pela condução que lhe cabe do processo licitatório, realizará um levantamento detalhado para verificar a existência de empresas aptas ao enquadramento como ME e EPP no ramo de fornecimento de combustíveis.
- 23.5. Caso o levantamento constate a inexistência de ME e EPP aptas a fornecer os combustíveis (ÓLEO DIESEL S-10, ÓLEO DIESEL S-500, GASOLINA COMUM e ARLA 32) demandados, ou caso a participação exclusiva dessas empresas represente um risco para a eficiência e competitividade do certame, a licitação poderá ser aberta à participação de empresas de todos os portes.



23.6. Essa decisão será tomada com base em uma análise criteriosa dos dados coletados, visando garantir a economicidade, a eficiência e a obtenção da proposta mais vantajosa para a administração pública, em conformidade com o art. 49, III da LC 123/2006.

24. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso VII - o **REGIME DE FORNECIMENTO DE BENS, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;**

24.1. Fornecimento Contínuo:

24.2. O abastecimento da frota municipal será realizado de acordo com as necessidades de cada secretaria, por meio da emissão de Requisições/Ordens de Fornecimento.

24.3. As entregas serão parceladas, de acordo com as necessidades da Administração Municipal.

24.4. O fornecimento contínuo, quando a entrega dos bens é uma necessidade permanente, findo o contrato, haverá sua substituição por um novo e assim, sucessivamente, pois a necessidade em si é permanente. Contratações dessa natureza são atendidas pelo art. 106 da Lei nº 14.133, de 2021.

25. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso VIII - a **MODALIDADE DE LICITAÇÃO, O CRITÉRIO DE JULGAMENTO, O MODO DE DISPUTA e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;**

25.1. Modalidade de licitação: Credenciamento

25.2. Será realizada por meio da modalidade de Credenciamento, em conformidade com o artigo 79, inciso I, da Lei nº 14.133/2021 e com o artigo 3º, inciso I, do Decreto Federal nº 11.878/2024, caracterizando-se como uma contratação paralela e não excludente. Esta modalidade é considerada viável e vantajosa para a Administração, pois permite a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas, garantindo o atendimento contínuo da demanda por combustíveis e reagente líquido da frota municipal.

25.3. Os fornecedores credenciados serão solicitados a fornecer os combustíveis (Óleo Diesel S-10, Óleo Diesel S-500, Gasolina Comum) e o reagente líquido (ARLA 32) conforme a demanda da Administração Municipal. A distribuição dos pedidos de fornecimento entre os credenciados ocorrerá por meio de rodízio, seguindo a ordem de credenciamento e considerando se o último pedido realizado a cada fornecedor já foi integralmente atendido.

25.4. Modo de disputa: não haverá

25.5. Adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros: pretende-se garantir a agilidade no fornecimento, assim como adquirir produtos de qualidade.

26. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário



informar o exigido no inciso IX - a **MOTIVAÇÃO CIRCUNSTANCIADA DAS CONDIÇÕES DO EDITAL**, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

- 26.1. Justificativa das Exigências de Qualificação Técnica:
- 26.2. Conformidade com Normas da ANP:
- 26.3. A exigência de conformidade com as normas da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) é fundamental para garantir a qualidade dos combustíveis e a segurança do abastecimento.
- 26.4. A ANP estabelece especificações técnicas rigorosas para os combustíveis, visando proteger os consumidores e o meio ambiente.
- 26.5. A comprovação da conformidade com as normas da ANP é essencial para assegurar que os combustíveis fornecidos atendam aos padrões de qualidade exigidos.
- 26.6. Capacidade de Fornecimento Contínuo:
- 26.7. A exigência de capacidade de fornecimento contínuo é crucial para garantir o abastecimento ininterrupto da frota municipal, evitando a paralisação de serviços públicos essenciais.
- 26.8. A comprovação da capacidade de fornecimento contínuo demonstra que o fornecedor possui a infraestrutura e a logística necessárias para atender às demandas da administração pública.
- 26.9. Localização Estratégica dos Postos:
- 26.10. A exigência de localização estratégica dos postos de combustíveis, tanto no perímetro urbano do município quanto em rodovias de grande fluxo, visa otimizar o tempo de deslocamento da frota e reduzir os custos de abastecimento.
- 26.11. A definição de rotas estratégicas, como as rotas Leste, Oeste e Norte, garante que as localidades de maiores demandas sejam atendidas de forma eficiente.
- 26.12. Atendimento 24 Horas:
- 26.13. A exigência de atendimento 24 horas em algumas das rotas é importante para que veículos de serviços essenciais, como ambulâncias, e veículos de transporte de pacientes, possam ser atendidos a qualquer hora do dia.
- 26.14. 2. Justificativa das Exigências de Qualificação Econômico-Financeira:
- 26.15. Capacidade Financeira para o Fornecimento Contínuo:
- 26.16. A exigência de qualificação econômico-financeira visa assegurar que o fornecedor possua capacidade financeira para arcar com os custos do fornecimento contínuo de combustíveis.



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

- 26.17. A comprovação da capacidade financeira demonstra que o fornecedor possui solidez e estabilidade para cumprir as obrigações contratuais.
- 26.18. Garantia de Pagamento:
- 26.19. A exigência de qualificação econômico-financeira visa garantir que a administração pública não sofra prejuízos em caso de inadimplência do fornecedor.
- 26.20. 3. Parcela de Maior Relevância Técnica ou Valor Significativo do Objeto:
- 26.21. Óleo Diesel S-500:
- 26.22. A parcela de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto é o Óleo Diesel S-500, devido ao seu alto volume de consumo pela frota municipal.
- 26.23. A grande utilização desse combustível, faz com que ele seja o de maior relevância.
- 26.24. 4. Motivação da Matriz de Avaliação:
- 26.25. A matriz de avaliação tem como objetivo selecionar os fornecedores mais qualificados e confiáveis, com base em critérios objetivos e transparentes.
- 26.26. A matriz avalia a qualidade dos combustíveis, a continuidade do fornecimento, o atendimento ao cliente e os serviços complementares oferecidos pelos fornecedores.
- 26.27. A utilização da matriz de avaliação garante a igualdade de oportunidades a todos os participantes do processo de credenciamento.
- 27.** Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso X - a **ANÁLISE DOS RISCOS** que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;
- 27.1. EM ANEXO
- 28.** Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso XI - a motivação sobre o momento da **DIVULGAÇÃO DO ORÇAMENTO** da licitação, observado o Art. 24 da Lei 14133/2021. Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, e, nesse caso: I - o sigilo não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo; Parágrafo único. Na hipótese de licitação em que for adotado o critério de julgamento por maior desconto, o preço estimado ou o máximo aceitável constará do edital da licitação.
- 28.1. Valor não sigiloso.

Dois Vizinhos 09 de abril de 2025

Isac Vitor Medeiros - Matrícula Funcional 194971

DEPARTAMENTO DE CONTROLE DE FROTAS



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná
